



Cestas básicas agroecológicas: é possível enfrentar a fome em Sergipe com a oferta de alimentos de qualidade, que geram renda e proporcionam dignidade
Agroecological food baskets: it is possible to face hunger in Sergipe with the supply of quality food, which generates income and provides dignity.

FAGUNDES, C. Rita¹; CARNEIRO, C. Aline¹; ARAÚJO, Tatiane¹; BARBOSA, Leda¹; RODRIGUES, Vanessa¹; D'ALENCAR, A. Marcus¹;

¹ Integrantes do Instituto Uruçu, institutourucu@gmail.com

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária

Resumo: Nos últimos anos, a fome voltou a ser um problema para muitas famílias sergipanas. Com a pandemia, a situação foi agravada. Em Sergipe, ocorreram algumas ações exitosas. Nesse relato, vamos socializar uma dessas ações, realizadas pelo Instituto Uruçu em parceria com a Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e o Observatório de Segurança Alimentar (Osanes) vinculado à Universidade Federal de Sergipe. A ação atendeu mais de cem famílias de agricultores familiares que produzem alimentos agroecológicos e beneficiou com a distribuição de cestas básicas agroecológicas, três mil famílias em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-Chave: agroecologia; segurança alimentar; movimentos sociais.

Contexto

Dados sistematizados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania Alimentar (Rede PENSSAN) no segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar apontam que só no estado de Sergipe, mais de 1 milhão de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar. A pesquisa mostra ainda que a insegurança alimentar atinge mais de 50% dos lares chefiados por mulheres e quando a casa é chefiada por uma mulher preta, essa taxa é ainda mais assustadora, correspondendo a 91,6% (Rede Penssan, 2022).

É preciso enfrentar urgentemente o problema da fome, numa perspectiva que as ações não sejam meramente assistencialistas e beneficiem mais as grandes empresas que ganham os processos licitatórios, do que o público que deve ser beneficiado com a distribuição de alimentos. Existem várias experiências bem-sucedidas que podem contribuir com políticas públicas e sociais.

Descrição da Experiência

A experiência que resultou na distribuição de três mil cestas básicas ocorreu entre os meses de novembro, dezembro e janeiro. No primeiro mês foram feitas reuniões



que resultaram na elaboração da proposta e em dezembro de 2021 e janeiro de 2022 ocorreram as distribuições das cestas.

Para elaborar a proposta, num primeiro momento, o Instituto Uruçu e a Resea fizeram reuniões com movimentos sociais, cooperativas, associações de produtores e grupos de famílias que produzem de forma agroecológica. Foi feito um levantamento dos produtos que poderiam ser ofertados no período que as cestas seriam distribuídas e com base nisso, os recursos foram divididos por região, de modo que puderam participar da ação, agricultores e agricultoras de 4 regiões do Estado, a saber: Baixo São Francisco, Sertão, Região Sul e Grande Aracaju.

Foi deliberado que em cada região, o trabalho de seleção e aquisição dos alimentos seria feito por um grupo diferente e esse grupo, a partir do diálogo com produtores da região, inclusive ajudando a montar e distribuir as cestas. Também foram feitas reuniões com representantes de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e organizações da sociedade civil para identificar quem seriam as famílias que receberiam as cestas, tendo como critério, a situação de vulnerabilidade social.

Feito o levantamento dos produtos, o que incluiu a diversidade e a quantidade que poderia ser ofertada naquela época do ano. Paralelamente foi realizado o levantamento de custos, para saber quais itens e em quais quantidades cada cesta básica teria. Para isso, foi priorizado que os produtos além de serem agroecológicos, deveriam ser oriundos da agricultura familiar e camponesa. Desse modo, foram feitas algumas escolhas que resultaram na inclusão de alguns produtos que não costumam estar nas cestas básicas tradicionais, como por exemplo, mel, manteiga ou óleo de coco. Não temos conhecimento de haver em Sergipe, nenhuma agroindústria familiar ou cooperativa que produza açúcar e óleo. Logo, incluímos itens que ao tempo que eram produzidos pelo público que queríamos gerar renda, também foi considerado que esses alimentos são mais saudáveis do ponto de vista nutricional.

No que tange aos itens broa ou pães, também foram produzidos bolos. A escolha por esse tipo de produto fazer parte da cesta, se deu para priorizar os grupos de mulheres que produzem esse tipo de alimento, tendo em vista que as negociações com produtos das lavouras costumam ser feitas pelos homens, de modo que adquirindo esse tipo de produtos, conseguiríamos garantir a geração de renda para grupos de mulheres agricultoras. Também foi deliberado em reunião que os organizadores da ação (Uruçu, Resea e Osanes) não poderiam ter qualquer tipo de lucro e que o trabalho de todas e todos os envolvidos dessa organização, deveria ser voluntário. Já os jovens vinculados aos movimentos sociais, associações e cooperativas que trabalharam na montagem das cestas, foram remunerados pelos próprios fornecedores dos alimentos. Nos dias que era necessário viabilizar alguma refeição ou compra de água para os voluntários e voluntárias, as despesas foram custeadas pelos próprios organizadores. Outra coisa que foi acordada coletivamente, foi que se no momento de montagem das cestas, o grupo de uma determinada região não conseguisse o fornecimento de todos os itens na própria



região, que os outros grupos que faziam parte da ação deveriam ser contactados, assim evitaria que fosse necessário adquirir os produtos faltantes de atravessadores ou de algum supermercado ou grande empreendimento.

Em relação ao custo de cada cesta básica, foi socializado com todos, que ao tempo que o valor deveria ser justo e gerar uma boa renda para quem produziu, seria preciso que o valor de cada item fosse igual para todos os fornecedores e fornecedoras, independente da localidade onde o produto foi produzido ou beneficiado. Desse modo, cada cesta foi montada com os seguintes itens:

Itens de Despesa	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
Arroz agroecológico (kg)	4kg	5,25	21,00
Feijão (kg)	3Kg	10,00	30,00
Flocão de milho crioulo (pacote com 500g)	4 pacotes (2Kg)	3,50	14,00
Farinha de mandioca ou de arroz (kg)	2kg	5,00	10,00
Frutas - laranja, maracujá, banana, mamão e/ou abacaxi (kg)	4Kg	4,00	16,00
Tubérculos e legumes - macaxeira, batata doce e/ou inhame. Abóbora, abobrinha, cenoura (kg)	4Kg	4,00	16,00
Mel (200 ml)	1 unidade	10,00	10,00
Panificados (pão, bolo ou broa) 400 gramas	1 unidade	10,00	10,00
Ovo caipira (dúzia)	1dúzia	10,00	10,00
Óleo de coco (200 ml) ou manteiga (200g)	1 unidade	10,00	10,00
Total			147,00

Quadro 1: Descrição dos alimentos de cada cesta.

Além dos alimentos, cada família recebeu um kit de higiene, composto por uma barra de sabão, um sabonete e uma pasta de dentes. Não foi possível comprar esses itens da agricultura familiar e camponesa. Chegamos a tentar adquirir sabão feito a partir do uso de óleo usado, mas as famílias que contactamos não tinham condições de produzir a quantidade necessária em um curto espaço de tempo e também teríamos dificuldade com a logística. Desse modo, esses itens precisaram ser comprados em grandes redes de supermercados. Nesses mesmos



estabelecimentos também foram compradas embalagens de álcool e de máscaras para serem utilizados pelos voluntários e voluntárias que ajudaram na montagem e distribuição das cestas. Embora sejam itens simples e populares, fomos surpreendidos com alguns relatos de mulheres que agradeceram muito, argumentando que estavam sem sabão para lavar a louça ou creme dental para uso pessoal, o que nos fez refletir que, considerando a pobreza menstrual de milhares de mulheres e jovens, seria muito oportuno se pudessem ser adquiridos absorventes para as próximas cestas.



Figura 1: Montagem das cestas

Figura 2: Kits de higiene

Figura 3: Distribuição das cestas

Resultados

A experiência se mostrou positiva sob vários aspectos. Possibilitou a articulação de vários movimentos sociais que atuam no movimento agroecológico e permitiu, que



vários agricultores e agricultoras pudessem comercializar seus produtos com valores justos, já que tiveram a renda comprometida pelas dificuldades com transporte e o fechamento de várias feiras em virtude da pandemia. Tivemos relatos de agricultores e agricultoras que nunca haviam emitido nota fiscal e tiveram a primeira experiência com essa ação. Durante os meses que se sucederam após a entrega das cestas, se tornou comum recebermos ligações de agricultores/as e assentados/as da reforma agrária, perguntando quando poderiam vender seus produtos novamente.

No que tange ao público beneficiado com a distribuição das cestas, pudemos presenciar *in loco* a alegria das famílias e a surpresa com os itens que continham nas cestas. Sabemos que as cestas tradicionais não contemplam produtos perecíveis como frutas e leguminosas. Também não se tem notícias de cestas básicas que contenham ovos caipiras, manteiga ou mel. Alimentos como a macaxeira, o inhame e a batata doce fazem parte dos hábitos alimentares de muitas famílias, mas em tempo de crescente desemprego e pandemia, se tornaram produtos inacessíveis para uma parcela significativa da população que vive nas cidades.

Existiram várias experiências em Sergipe que tem ajudado a enfrentar a fome, que merecem ser estudadas e socializadas. Nossa intenção em socializar essa experiência com a distribuição de cestas se deu, pois no último mês de junho de 2023, o governo de Sergipe lançou um programa chamado “Prato do Povo”, cujo objetivo é fornecer 75 mil refeições prontas por mês em 21 municípios. O governo de Sergipe, ao invés de ouvir organizações de agricultores/as e movimentos populares para criar estratégias e políticas de enfrentamento a fome, preferiu aprovar um projeto de lei assistencialista, que dentro de um prazo de 17 meses vai investir R\$ 23 milhões de reais com a aquisição de marmitas para distribuir a pessoas em situação de vulnerabilidade social. Sequer foi exigido o cumprimento da cota mínima estipulada nas políticas públicas do Governo Federal, ou seja, de que pelo menos 30% dos alimentos sejam oriundos da agricultura familiar.

Na ação que relatamos, pudemos atender 3 mil famílias e mais de cem agricultores e agricultoras. Considerando os custos com transporte, compra dos alimentos, itens de higiene e aquisição de embalagens para armazenar os produtos, pagamento do Funrural e compra de álcool e máscaras, o custo total da ação foi de R\$ 311.531,82. Imagina quantos estabelecimentos rurais poderiam ser contemplados numa iniciativa de R\$ 23 milhões, se o público prioritário para o fornecimento dos alimentos fosse as famílias que se enquadram no que se convencionou chamar de agricultura familiar?

Sabemos que nem todas as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, possuem condições de cozinhar o próprio alimento, mas isso poderia ser resolvido de outras formas. Já existem várias experiências em Sergipe que poderiam ser adaptadas às demandas do programa. Um exemplo, são as cozinhas solidárias, organizadas por movimentos e apoiadas por coletivos, como o “Nutris



contra a fome”. Algumas dessas cozinhas precisam de mais estrutura e poderiam ser reformadas com auxílio do programa. Também poderia haver a construção de novas cozinhas solidárias ou restaurantes populares na capital e nos interiores para atender a demanda de quem tem fome. Alternativas não faltam. Mas infelizmente os movimentos e organizações populares não puderam contribuir com suas experiências para que se criasse uma política pública no âmbito estadual, mais conectada com a realidade sergipana.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os agricultores e agricultoras, associações, cooperativas e movimentos sociais que forneceram os produtos. Agradecemos também a todos os voluntários e voluntárias que auxiliaram na montagem e distribuição das cestas e a Universidade Federal de Sergipe, que nos auxiliou com o transporte para distribuir parte das cestas. Por fim, agradecemos a Fundação Banco do Brasil que financiou a ação, sem o recurso, dificilmente teríamos atendido tantas famílias.

Referências bibliográficas

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, 2022. Disponível em: <Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> >. Acesso em: 10 jul. 2022.